

A DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO E A QUEDA DA DESIGUALDADE DE 1995 A 2009

Sergei Soares*

1 INTRODUÇÃO

A edição de 2009 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encerra uma série de 14 pesquisas, iniciadas em 1995, que documentam o que se espera seja o início de uma longa e duradoura queda na desigualdade. Em 2010, a PNAD não saiu a campo, em virtude da realização do Censo Demográfico Decenal. Em 2011, a pesquisa será realizada pela última vez. As atenções dos analistas, contudo, estarão voltadas para a nova Pesquisa Domiciliar Contínua,¹ de modo que a PNAD provavelmente passará quase despercebida. Assim, a recente divulgação da PNAD 2009 possivelmente será o último momento para se documentar a evolução da distribuição de renda dos últimos 15 anos.

Este momento também é propício para se corrigir certa assimetria na maior parte da literatura produzida até agora. Grande parte das elaborações acerca da queda da desigualdade tem se concentrado nas transferências públicas de renda, embora, conforme será visto, a renda do trabalho tenha sido mais importante para a queda da desigualdade. Portanto, o objetivo deste trabalho será documentar a queda do coeficiente de Gini – o qual mede a desigualdade – da renda domiciliar *per capita*, com ênfase nos rendimentos do trabalho.

2 A QUEDA DA DESIGUALDADE

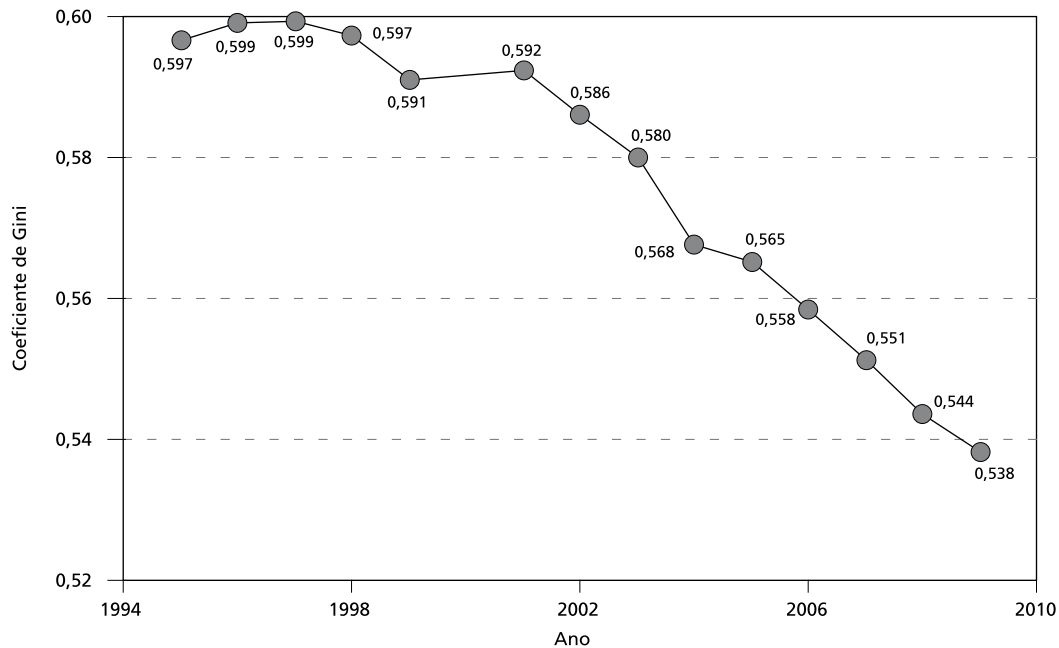
O coeficiente de Gini, após quatro décadas de elevação no Brasil, intercalada por períodos de estabilidade, com quedas apenas pontuais e rapidamente revertidas, iniciou em 2001 uma trajetória de queda ininterrupta que dura até hoje. As razões que levaram ao aumento da desigualdade entre 1960 e 1999 já foram analisadas nos extensos debates travados durante os anos 1970 e 1980 em textos como Langoni (1973), Fishlow (1973) e Malan e Wells (1973). Os determinantes da queda recente ainda estão sendo investigados.

O que é relevante para os fins deste texto é que em 2001 a desigualdade começou a cair em média 0,7 ponto do coeficiente de Gini (x100) ao ano. Conforme mostra o gráfico 1, o coeficiente de Gini tem mantido este ritmo de modo quase linear até 2009, ano no qual o Brasil voltou aos níveis de desigualdade anteriores ao Censo de 1970. Esta queda dos últimos dez anos merece atenção redobrada para se compreenderem e manterem as políticas que levaram a uma maior igualdade nos rendimentos dos brasileiros.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

1. Não há certeza se este será o nome da nova pesquisa domiciliar. Seu formato, contudo, já é conhecido: será realizada de modo contínuo, com equipes permanentemente em campo, e contará com uma grade amostral maior que a da PNAD, além de um painel anual nacional.

GRÁFICO 1

Coefficiente de Gini (1995 a 2009)

Fonte: Microdados da PNAD.
Elaboração do autor.

3 A DECOMPOSIÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI

Uma das vantagens da utilização do coeficiente de Gini é que a sua variação pode ser facilmente decomposta por fonte de renda. Isto se faz mediante o uso do coeficiente de concentração, que indica quão regressiva ou progressiva é uma fonte de renda. Quanto mais regressiva (pró-rico) é uma renda, mais próximo de um (+1) é seu coeficiente de concentração; quanto mais progressiva (pró-pobre) é uma renda, mais próximo de menos um (-1) é o coeficiente a ela associado. Se todos na população recebem o mesmo valor de uma dada fonte de renda, seu coeficiente de concentração é zero.

Uma informação útil é que o coeficiente de Gini nada mais é que a soma ponderada dos coeficientes de concentração, na qual os pesos de ponderação são os próprios pesos de cada fonte de renda na renda total.² Isto torna as decomposições estáticas e dinâmicas do coeficiente de Gini relativamente simples. Trata-se de definir quais são as rendas relevantes, calcular o peso e coeficiente de concentração de cada uma e fazer algumas poucas contas.

Neste trabalho, a decomposição fatorial da renda domiciliar *per capita* será a seguinte:

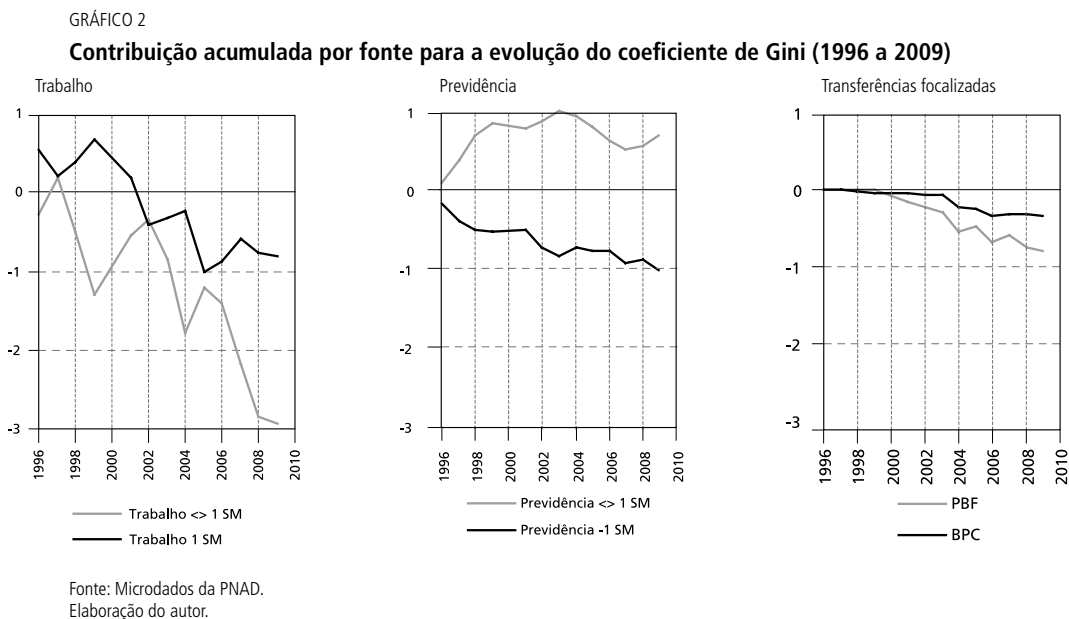
- renda do trabalho, que pode ser subdividida em renda do trabalho indexada ao salário mínimo e demais rendas do trabalho;
- renda da previdência, que pode ser subdividida em benefícios equivalentes a um salário mínimo e benefícios não iguais a um salário mínimo de setembro daquele ano;
- renda dos programas de transferência de renda focalizados, que pode ser subdividida em renda do Programa Bolsa Família (PBF) e dos benefícios de prestação continuada (BPC); e
- demais rendas, categoria residual que inclui a mal medida renda do capital na PNAD, transferências de outros domicílios, rendas pouco relevantes como o abono-permanência e quaisquer outras rendas que não se enquadram nas demais categorias.

2. Ver Soares *et al.* (2006) ou Hoffmann (2007) para mais detalhes de como se decompõem mudanças no coeficiente de Gini

Diversos trabalhos já apontaram o importante papel das transferências públicas na redução do coeficiente de Gini (BARROS, FOGUEL e ULYSSEA, 2007). A totalidade das transferências públicas foi responsável por aproximadamente um terço da queda de pouco mais que 5,4 pontos de Gini (x100) observados entre 2001 e 2009. As rendas menores da PNAD, tais como aluguéis e transferências de outros domicílios, explicam outros 8% da queda, o que deixa 63% a cargo de um mercado de trabalho mais favorável aos mais pobres.

Os três painéis do gráfico 2 mostram a contribuição acumulada do mercado de trabalho (painel 1) e das transferências governamentais (demais painéis) para a evolução do coeficiente de Gini. O gráfico 2 deve ser lido de modo um pouco diferente do gráfico 1, no qual os números se referem a uma medida feita em um dado ano. O número 0,538, por exemplo, se refere ao coeficiente de Gini medido em 2009. No gráfico 2, os números representam a contribuição acumulada de uma dada fonte de renda de 1995 até um dado ano. Assim, no painel 1 a série referente ao trabalho indexado ao salário mínimo termina no número -0,8, indicando que, de 1995 até 2009, esta renda reduziu o coeficiente de Gini em 0,8 ponto (x100).

Para facilitar-se as comparações, os três painéis se encontram na mesma escala. Apesar da relevância das transferências governamentais, a preponderância do mercado de trabalho é visível. O Programa Bolsa Família, por exemplo, pode ter exercido um papel desproporcional ao seu peso na renda total; em termos absolutos, sua contribuição para a queda da desigualdade foi pequena, comparada com a do mercado de trabalho.



Outro fato visível é que o mercado de trabalho já era responsável por diminuir a desigualdade antes de 2001. Em 1999, antes de a desigualdade começar sua queda, o mercado de trabalho já tinha reduzido o coeficiente de Gini em quase 0,4 ponto de Gini (x100). Com efeito, desde 1998 a renda do mercado de trabalho se desconcentra. Os efeitos progressivos das mudanças na renda do trabalho em 1998 e 1999 foram mascarados pela renda da previdência, cujos efeitos foram crescentemente regressivos até 1999.

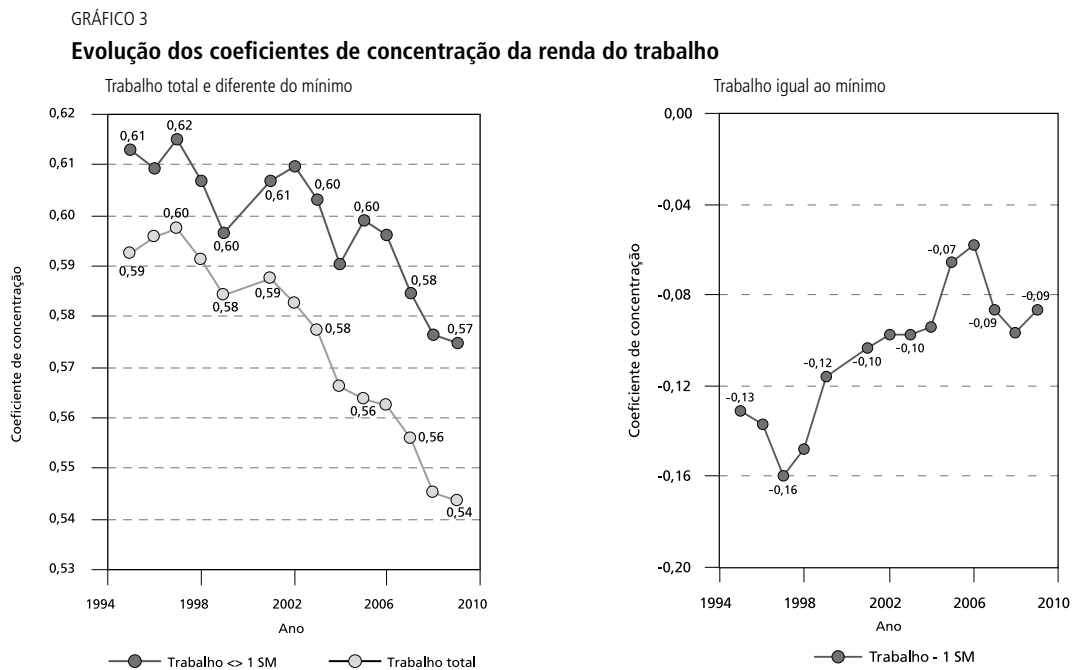
É possível também ver os efeitos de dois tipos de rendimento no mercado de trabalho – os indexados ao salário mínimo e os demais, maiores ou menores. Isto permite perceber a importância do salário mínimo na redução da desigualdade.

Claramente, as rendas iguais ao salário mínimo foram menos importantes que as demais na queda da desigualdade. De 1995 a 2009, o salário mínimo foi responsável por 21% da queda da desigualdade. Considerando-se que os rendimentos iguais ao salário mínimo são apenas 4,7% dos rendimentos oriundos do mercado de trabalho, fica nítida a eficácia do piso salarial em reduzir as desigualdades no mercado de trabalho.

4 COEFICIENTES DE CONCENTRAÇÃO E PESOS NA RENDA TOTAL

Conforme exposto, o efeito de uma fonte de renda sobre o coeficiente de Gini depende tanto do seu peso na renda total quanto de seu coeficiente de concentração. Uma diminuição da concentração de *qualquer* renda, assim como um aumento no peso de uma renda *menos* concentrada que o índice de Gini, contribui para aumentar a igualdade. Inversamente, um aumento na concentração de qualquer renda, bem como um aumento no peso de uma renda *mais* concentrada que o índice de Gini, contribui para aumentar a desigualdade.

Os dois painéis do gráfico 3 mostram o porquê da eficácia distributiva do salário mínimo. Enquanto o coeficiente de concentração dos demais rendimentos do trabalho vem caindo de 0,61 para 0,57, o dos rendimentos iguais ao salário mínimo situa-se entre -0,16 e -0,09. Ou seja, o salário mínimo desempenha no mercado de trabalho um papel semelhante ao do Bolsa Família nas transferências de renda: apesar de representar relativamente pouca renda, ele possui um efeito altamente favorável aos mais pobres.

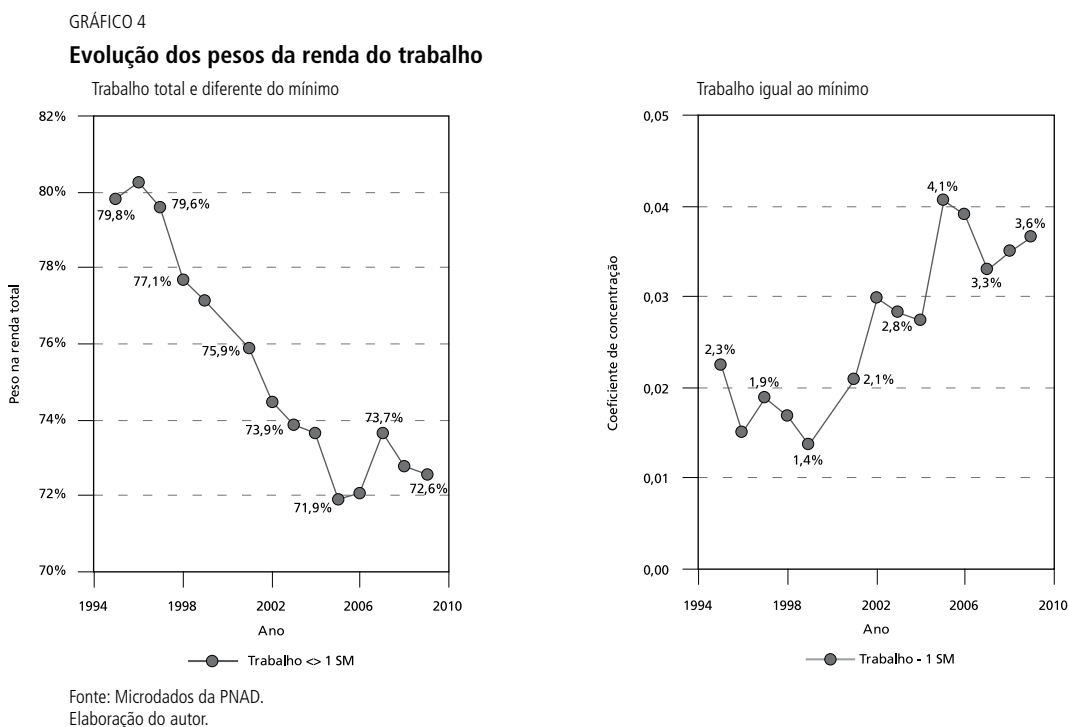


No entanto, tão relevante quanto o progressivo coeficiente de concentração do salário mínimo, ou mais relevante que isto, é a redução do coeficiente de concentração das demais rendas oriundas do trabalho, que caiu quase 4 pontos de Gini (x100) de 1995 até 2009. Conforme será constatado, estas rendas são responsáveis pela maioria absoluta da renda das famílias. Então, uma redução na sua concentração, mesmo limitada, tem efeitos fortes sobre a desigualdade.

Mas os coeficientes de concentração contam apenas metade da história da desigualdade. É possível que uma fonte de renda, não obstante muito progressiva, tenha perdido espaço na divisão geral do bolo. Felizmente, o segundo painel do gráfico 4 mostra que este não é o caso das rendas iguais ao salário mínimo, cuja participação tem aumentado de 1,4% da renda total em 1999 para 3,6% em 2009. Este aumento do peso do salário mínimo na renda total lhe garantiu seu caráter distributivo.

É claro que os mecanismos distributivos do salário mínimo são complexos. O piso salarial comprime a distribuição salarial dos empregados, mas aumentos no seu valor podem levar alguns ao desemprego ou a salários inferiores ao piso. O efeito distributivo dependerá não apenas da magnitude de cada efeito, mas também, principalmente, de como se situam seus beneficiários na distribuição de renda domiciliar *per capita*. Por exemplo, se muitos beneficiários do salário mínimo forem trabalhadores secundários, indivíduos posicionados nos décimos superiores na distribuição de renda, o efeito distributivo do salário mínimo será reduzido.

No entanto, os gráficos 3 e 4 mostram que o efeito compressivo é mais forte que o efeito desemprego, e que há muitos trabalhadores pertencentes aos domicílios mais pobres entre os que recebem um salário mínimo.



A análise dos efeitos do salário mínimo é complexa, ao passo que a análise da concentração dos demais rendimentos do trabalho seria uma tarefa de anos de pesquisa. A *teoria do capital humano* outorga às melhorias educacionais ocorridas a partir dos anos 1990 o crédito pela queda da desigualdade. Ou, segundo uma explicação mais heterodoxa, haveria um ciclo virtuoso no qual famílias mais pobres compram bens-salário que são produzidos por trabalhadores pouco qualificados, reforçando ainda mais a demanda por bens-salário. Há ainda explicações relacionadas à heterogeneidade da demanda por trabalho determinada pela estrutura produtiva, ou à interiorização do emprego industrial.

O fato é que não se tem ainda uma boa explicação de por que o coeficiente de concentração de 73% da renda das famílias tem caído desde 1997. No entanto, este declínio tem sido sem dúvida o mais importante fator na queda da desigualdade no Brasil.

5 CONCLUSÕES

É difícil tirar conclusões definitivas sobre as razões da queda da desigualdade quando tão pouco se sabe sobre a mais importante fonte de renda das famílias. Há muitas explicações e relativamente poucas verificações empíricas de sua validade.

O que se pode concluir?

Primeiro, e como já foi dito em vários outros estudos, mudanças na progressividade das transferências governamentais, com ênfase ao inovador Bolsa Família, foram responsáveis por aproximadamente um terço da queda da desigualdade. Tal fato, relevante, já foi amplamente estudado e compreendido.

O reflexo no espelho do terço explicado pelas transferências é que dois terços da queda no coeficiente de Gini advêm do mercado de trabalho. Destes, quase um quarto se deve ao salário mínimo, o que mostra que este teve efeitos distributivos importantes. Contudo, os demais três quartos – ou seja, metade da redução da desigualdade – se devem a fatores no mercado de trabalho que não são o piso salarial.

Talvez a mais importante conclusão se refira à importância de se compreender melhor o que ocorre no mercado de trabalho além do salário mínimo.

6 REFERÊNCIAS

- BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, vol. 2, p. 17-40, 2007.
- FISHLOW, A. Distribuição de renda no Brasil: um novo exame. **Dados**. N. 11, p. 10-80, 1973.
- HOFFMANN, R. Transferências de renda e redução da desigualdade no Brasil e em cinco regiões, entre 1997 e 2005. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, vol. 2, p. 17-40, 2007.
- LANGONI, C. G. **Distribuição de renda e crescimento econômico do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- MALAN, P.; WELLS, J. Langoni e a distribuição de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. N. 3, p. 1103-1124, 1973.
- SOARES, F. V.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G. **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão, n. 1.228).